

Histórias de uma cidade: Algumas considerações iniciais

JULIANA LEMES INÁCIO*

O objetivo deste texto é apresentar algumas reflexões em torno do processo de mudanças vivido pelos moradores de Nova Ponte/MG devido à construção de uma usina hidrelétrica naquela cidade. Essas discussões fazem parte da pesquisa que está sendo realizada no curso de Doutorado em História pela Universidade Federal de Uberlândia.

A perspectiva que perpassa a pesquisa é a de colocar em foco as dissidências e as possibilidades alternativas que emergiram no processo conflituoso vivido pelos moradores de Nova Ponte/MG, na região do Triângulo Mineiro. A cidade foi alagada para dar lugar ao reservatório da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte, cujas obras tiveram início no final dos anos 1980. Uma nova cidade, que levou o mesmo nome, foi construída a aproximadamente três quilômetros de sua localização anterior.

A preocupação central é investigar os modos de viver dos moradores de Nova Ponte, focalizando seus modos de trabalhar, de se divertir e as maneiras como organizam as suas vidas, destacando as mudanças e as permanências. O objetivo é questionar como os sujeitos elaboram sentidos para suas vidas no tempo presente, os modos como trazem dimensões do social vivido e compartilhado ao interpretarem as transformações pelas quais a cidade passou. Importa pensar as mudanças vividas pelos moradores de Nova Ponte enquanto parte de um processo dinâmico maior que diz respeito aos projetos de “modernização” e “desenvolvimento” disputados pelos governos da ditadura militar, visto que essa obra foi projetada nos anos 1960. As experiências e as narrativas dos moradores na cidade são pensadas no interior do processo histórico, em conjunto com discursos hegemônicos que emergem na composição de tramas explicativas que buscam legitimar a construção da usina hidrelétrica e, conseqüentemente, a destruição da cidade de Nova Ponte e a “relocação” dos seus moradores.

Para a realização desta pesquisa são produzidas narrativas com moradores da cidade, utilizados jornais, documentos da Cemig e da Prefeitura Municipal de Nova Ponte, fotografias, legislações, entre outros.

* Doutoranda pela Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, linha de pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais, orientação professora Dra. Célia Rocha Calvo.

Aos entrecruzar essas evidências, busco exercitar uma perspectiva mais abrangente de reflexão, que passa por discutir as diferentes modalidades de enfrentamento das questões das vivências diárias na construção de espaços e territórios de sociabilidades. A problemática é abordada a partir do diálogo com a História Social, preocupando-me, sobretudo, com a afirmação do potencial crítico da reflexão histórica.

Qual versão explicativa a respeito das mudanças na cidade de Nova Ponte tem “triunfado”? A pesquisa é permeada pelo interesse em reafirmar o desafio de compreender o tempo presente, levando em consideração os interesses políticos e de classe que procuram apagar determinadas memórias e histórias e enaltecer outras, silenciando conflitos.

Concomitantemente à construção da hidrelétrica e da cidade nova, deu-se a elaboração e a conclusão do projeto *Memória Histórica de Nova Ponte*¹, publicado posteriormente em formato de livro organizado pela Cemig com o intuito de justificar e legitimar a obra de construção da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Por meio de uma linguagem e de uma perspectiva que sugerem celebração em torno do feito, esse projeto descreve os espaços da cidade que viria a ser destruída: ruas, praças, igrejas, escolas, os bairros divididos pelo rio Araguari² e as festas “tradicionais” da cidade, selecionando versões de passado que se ligavam àquele presente.

Muitas “explicações” para as mudanças ocorridas na cidade, presentes no *Projeto Memória Histórica*, passaram a fazer parte do vocabulário dos moradores e foram incorporadas por alguns pesquisadores e memorialistas locais. A ideia de que a nova cidade teria melhor infraestrutura e geraria mais empregos é apontada pelos agentes que promovem essa mudança como o fator que as legitima.

Essas são versões que corroboram com uma determinada interpretação de história e de cidade que tende a trazê-las sem os sujeitos históricos e a perceber a memória como reminiscência do passado, e não como um campo de disputas. No enfrentamento dessa discussão, cabe investigar quais memórias e histórias são privilegiadas, quais valores e interesses pautam a seleção daquilo que foi validado naquele presente.

¹ Leme Engenharia/Cemig. **Projeto Memória Histórica de Nova Ponte**. Belo Horizonte, 1990.

² A velha Nova Ponte tinha os bairros São Sebastião e São Miguel separados pelo curso do rio Araguari e unidos não somente por uma ponte, mas pelas relações estabelecidas entre seus respectivos moradores.

Nessa disputa que vai sendo travada em torno do direito à memória da cidade, importa valorizar as lutas despendidas pelos moradores no sentido de reivindicar o direito de opinar na elaboração do planejamento da nova cidade, quanto ao pagamento das indenizações por parte da Cemig aos proprietários de imóveis e, sobretudo, na perspectiva de levarem para a nova cidade suas culturas e seus costumes.

Nesse sentido, é pertinente refletir sobre como temos olhado para as questões da nossa sociedade e sobre os modos como temos abordado questões sociais do nosso tempo.

Ao trazer a perspectiva de que o intelectual tem um papel público na sociedade, Edward Said possibilita pensar acerca da natureza dos nossos trabalhos. A perspectiva que orienta o pensamento de Said a respeito do trabalho do intelectual se encontra particularmente nos escritos de Gramsci sobre intelectual orgânico, definido aqui, rasteiramente, como aquele que está ativamente envolvido na sociedade e que luta por mudanças:

“(...) quero também insistir no fato de o intelectual ser um indivíduo com um papel público na sociedade, que não pode ser reduzido simplesmente a um profissional sem rosto, um membro competente de uma classe, que só quer cuidar de suas coisas e de seus interesses. A questão central para mim, penso, é o fato de o intelectual ser um indivíduo dotado de uma vocação para representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para (e também por) um público. E esse papel encerra uma certa agudeza, pois não pode ser desempenhado sem a consciência de ser alguém cuja função é levantar publicamente questões embaraçosas, confrontar ortodoxias e dogmas (mais do que produzi-los); isto é, alguém que não pode ser facilmente cooptado por governos ou corporações, e cuja raison d'être é representar todas as pessoas e todos os problemas que são sistematicamente esquecidos ou varridos para baixo do tapete.” (SAID, 2005:25-26)

Said faz refletir sobre o fato de que temos um papel público e político na sociedade e que a partir do momento em que tornamos as nossas ideias públicas ingressamos também na vida política. Como foi vivido e compreendido pelos moradores de Nova Ponte a construção da hidrelétrica? Como foi a experiência de se verem obrigados a se mudarem de suas casas e passarem a viver numa cidade “nova”? O que muda e o que permanece?

O que quero destacar em meu trabalho, quais memórias serão privilegiadas por mim e como fazer do meu trabalho um instrumento que não deixe as possibilidades alternativas serem silenciadas é o que me move à elaboração dessa pesquisa. A partir dessa perspectiva é que algumas experiências são valorizadas.

A inserção dos moradores de Nova Ponte na discussão em relação aos rumos da nova cidade pode ser acompanhada por meio da atuação da Associação dos Moradores de Nova Ponte (AMNP). Muitos projetos da Cemig foram rejeitados pelos moradores e, de uma maneira ou de outra, algumas propostas precisaram ser modificadas devido a essa não aceitação.

No *Termo de Acordo*³ foi feita referência à Associação dos Moradores de Nova Ponte em várias oportunidades como, por exemplo, em relação aos projetos apresentados àqueles que fizeram a permuta opcional com a Cemig para que ela própria construísse suas casas: “após a análise dos mesmos, a Associação dos Moradores de Nova Ponte enviará seus comentários à Cemig, que avaliará a viabilidade de sua implantação e das eventuais alterações de projeto”⁴

No entanto, se por um lado é possível pensar que a AMNP foi conquistando espaço e desestruturando uma agenda criada pela Cemig, por outro lado uma carta elaborada pela população coloca os limites disso: “Nossas reivindicações são muito simples: só queremos que seja imediatamente colocado em prática tudo aquilo que, no papel, está acertado entre as partes depois de longas e desgastantes negociações.”⁵

A carta foi publicada na íntegra pelo *Jornal Correio do Triângulo* em uma seção intitulada Informe Publicitário em 1992. Ela acompanha a notícia “Moradores protestam em Nova Ponte”, destaque na primeira página, divulgada ao lado de uma fotografia com o título “Moradores de Nova Ponte protestam contra o atraso na construção da cidade nova”. Uma página do jornal foi inteiramente dedicada a notícias de negociações entre Cemig e moradores, dando destaque ao movimento S.O.S Nova Ponte.

Configuravam-se os limites das suas atuações. Apesar de anunciar suas “reclamações”, o fato é que, ora iniciada uma obra daquela grandeza na cidade, havia um clima tenso e um desejo por parte dos moradores de ver o término daquela situação de incertezas e de restabelecer seus viveres.

³ **Termo de Acordo.** Cemig. Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 1990. Acervo: Leme Engenharia.

⁴ Idem, p.04.

⁵ Pe. José Lourenço da Silva Júnior. Carta aberta da população de Nova Ponte ao governador Hélio Garcia e à Cemig. **Jornal Correio do Triângulo.** 12 de Maio de 1992. Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

A não entrega de imóveis particulares, assim como o atraso na conclusão da parte de infraestrutura por parte da Cemig, leva a pensar que ela tomava atitudes embasada na crença de que tudo seria feito no tempo dela, não no tempo dos moradores.

As tensões e os limites também estiveram presentes nas experiências do dia a dia dos moradores de Nova Ponte. Era um tempo de mudanças. Tempo vivido e compartilhado de diferentes formas.

As relações de trabalho foram transformadas, cresceu significativamente a oferta de trabalho na construção civil. Ao mesmo tempo em que muitos trabalhadores vieram de outras regiões para realizar as obras da usina hidrelétrica, contratados por empresas terceirizadas pela Cemig, o grande volume de construção de residências particulares gerou uma demanda de trabalhadores. Alguns moradores trocaram suas áreas de atuação “originais” — trabalho em lavouras e na cerâmica São Miguel, que eram os que mais emprego ofereciam aos moradores da cidade — para se dedicarem à construção civil.

Se por um lado havia a angústia por conta do não cumprimento das promessas que a Cemig havia feito, por outro lado houve uma diferenciação nas experiências de trabalho na cidade. O acordar cedo já não era mais com o propósito de se dirigir ao trabalho nas fazendas da região, mas para seguir o calendário de entrega das construções particulares e cumprir com os prazos negociados com o proprietário do imóvel.

Essa foi uma dinâmica de trabalho que existiu nos anos iniciais da nova cidade. A certeza de que ela teria um fim quando Nova Ponte fosse inaugurada, provavelmente, também despertou angústias e incertezas quanto ao futuro entre os próprios moradores. Como incorporar memórias como essas em minha análise sem perder de vista a dimensão das disputas?

O Senhor Wilson, quando perguntado sobre quais eram suas expectativas em relação à mudança da cidade, respondeu o seguinte:

A gente que era mais novo, a cidade, por causa de ser uma cidadezinha fraca, achou melhor porque com certeza nós viu como algo que ia melhorar a cidade, né, aqui em cima. E inclusive até melhorou muito mesmo, que era uma cidadezinha de dois mil habitantes, três mil e agora hoje é uma cidade já de 25 mil. [...] Eu arrumei emprego aqui na construção e aqui melhorou muito e a melhora foi grande, dali pra cá, a cidade hoje é uma cidade que corre muito dinheiro, num corre pouco dinheiro, muito dinheiro⁶

⁶ Sr. Wilson Benedito Sales, 44 anos. Entrevistado em 25/07/2009.

Conheci o Sr. Wilson Benedito Sales enquanto andava pelas ruas da “vilinha”, bairro Amélia Benevides, à procura do endereço de uma senhora indicada para gravar entrevista. Ele foi morador da cidade velha, onde trabalhava em fazendas na região; na nova cidade ele é proprietário de um bar localizado na “vilinha”.

Ao falar da mudança da cidade, ele ressaltou o quanto, a partir daí, Nova Ponte apenas cresceu. O Sr. Wilson, inclusive, aumenta a população de Nova Ponte, que é de 11.586 habitantes nos dados do IBGE, para 25 mil. Esse aumento pode significar para ele sinônimo de desenvolvimento da cidade, aparentemente assimilando os discursos hegemônicos que buscam legitimar o processo de mudança e, ao mesmo tempo, pode indicar um desejo de pertencer a esse “crescimento”.

A opção feita pelos trabalhadores por deixar seus antigos empregos para se aventurarem na construção civil pode ser compreendida como uma estratégia de obter ganhos materiais com a transformação pela qual a cidade estava passando, ou seja, devem ser analisadas na relação de pressões e de limites no interior do processo histórico.

Essas questões foram possíveis de serem observadas a partir do entendimento de Raymond Williams, que afirma ser a hegemonia vivida sempre um processo, um complexo realizado de experiências, relações e atividades, com pressões e limites específicos e mutáveis. Para Williams hegemonia:

também sofre de uma resistência continuada, limitada, alterada, desafiada por pressões que não são as suas próprias pressões. Temos então de acrescentar ao conceito de hegemonia o conceito de contra-hegemonia e hegemonia alternativa, que são elementos reais e persistentes da prática (WILLIAMS, 1979:116)

Muitos autores que pesquisam cidades alagadas por construção de hidrelétricas apresentam uma abordagem nostálgica da sua história. Alguns conduzem a análise de tal forma, que dão a compreender que o passado dessas cidades deixa de existir a partir do seu alagamento. Ao me colocar em diálogo com essas leituras, me questiono acerca dos riscos que a noção de memória pode conter quando se deixa fora da análise a dimensão da disputa.

Estar atenta à historicidade do processo de mudança vivido em Nova Ponte é fundamental para que, em minha pesquisa, não me prenda a um passado sem presente

ou sem futuro e que elimina as possibilidades alternativas que foram esboçadas, vendo as coisas como algo natural.

Leituras de textos de Beatriz Sarlo⁷ têm contribuído para pensar algumas dessas questões. Ela é crítica literária e seus trabalhos podem ser úteis para nós historiadores, se fizermos o exercício do diálogo com sua área a partir do nosso campo de investigação. Em seu texto *Um olhar político*, a autora critica a questão da estética e do tempo absoluto, mostrando como essas noções estão presentes no interior do pós-modernismo, homogeneizando o tempo e fragmentando a história do ponto de vista das diferenças.

Como investigar esse presente que é composto entre muitas histórias? Como compreender as memórias da cidade de Nova Ponte? Em que enredo elas se compõem? Preocupar-me com a natureza dessas questões me conduz a pensar na relevância e nas implicações políticas de um posicionamento que nega a noção de tempo absoluto e hegemônico. Da mesma forma, move-me a não tomar o conceito memória como um simples depósito do passado, mas como algo que é disputado no presente vivido, perpassado por lutas em torno de valores e por interesses políticos.

Busco trabalhar um conceito de cidade que não seja alheio a essas questões. A noção de cidade vem sendo tratada enquanto uma categoria da prática social e histórica de muitos agentes, “As formas urbanas são o produto da história. No termo ‘cidade’, mais do que o rigor dum conceito, acumula-se uma grande soma de experiências históricas.” (RONCAYOLO, 1986:397). Busco trazer a cidade de Nova Ponte nas práticas sociais dos sujeitos, inserindo-os na minha discussão a partir da percepção dos modos como eles se apresentam. Essa perspectiva tem tornado possível o estabelecimento de um diálogo mais criterioso com trabalhos de outras áreas do conhecimento que comumente abordam as cidades por meio de categorias fixas.

A maioria dos trabalhos que abordam questões referentes a cidades que foram alagadas para dar lugar aos reservatórios de usinas hidrelétricas, por mim encontrada, é de outras áreas do conhecimento. O diálogo com Thompson me ofereceu um caminho de reflexão possível para pensar o diálogo com esses textos, sobretudo, ao sinalizar que o diálogo com as outras disciplinas precisa se dar no campo da história.

⁷ Um dos textos dessa autora que muito tem contribuído é: SARLO, Beatriz. Um olhar político. In: _____. **Paisagens Imaginárias: arte e meios de comunicação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. p. 55-64.

Thompson considera que a História é uma disciplina do contexto e do processo e que “todo significado é um significado-dentro-de-um-contexto e, enquanto as estruturas mudam, velhas formas podem expressar novas funções, e funções velhas podem achar sua expressão em novas formas” (THOMPSON, 2001:243). Essa consideração contribui para a compreensão de que os conceitos não podem ser tomados como algo naturalizado, precisamos questionar qual é o conteúdo do conceito com o qual estamos lidando.

Para Thompson, o diálogo com outras disciplinas – no artigo ele se refere especificamente à Antropologia – não pode ser traduzido na construção de um modelo, mas na identificação de novos problemas. Thompson sugere que, na investigação, uma forma de evitar nos restringirmos a modelos fechados é fazer novas perguntas aos materiais que temos à mão, reinserindo as fontes no seu contexto total. Esse trato com as fontes nos leva a pensar na importância que os conceitos têm em nossos trabalhos e nas maneiras como temos lidado com eles.

Se para nós historiadores é importante historicizar os conceitos e não tomá-los como algo natural, há uma importante noção com a qual trabalhamos que nos tem sido cara. Até que ponto temos conseguido lidar com uma noção não hegemônica de tempo que nos desafia a vasculhar tempos diferenciados que se cruzam e a lidar com eles na sua diversidade, pensando que nós pesquisadores também temos um tempo? Tem-nos sido possível trabalhar mais com as interpretações sobre este tempo do que com o próprio acontecido?

Essas indagações se tornam especialmente pertinentes ao lidar com as narrativas. A partir da articulação das falas dos narradores, venho percebendo como o momento da construção da hidrelétrica em Nova Ponte, da destruição da cidade antiga e edificação da cidade nova foi diferente para os sujeitos envolvidos nesse processo. Entre os próprios moradores, morar em uma nova cidade pode ter sido esperado, vivido e compreendido de diferentes maneiras. Além disso, moradores e Cemig não falam de um mesmo tempo, no entanto, é importante não perder de vista que esses tempos que se cruzam não são dicotômicos.

As narrativas permitem valorizar memórias de pessoas comuns. O que é apontado pelos narradores como significativo no processo de construção da usina e de destruição e reconstrução da cidade? O que muda nos seus viveres e o que permanece?

É relevante frisar as estratégias utilizadas pelos narradores para dar significados ao vivido, observando como essas pessoas deram continuidade as suas vidas. Ao analisar as entrevistas, tomando-as enquanto representativas da realidade social, busco perceber as maneiras como os sujeitos organizam os fatos, interpretando a realidade, situando-se nela. A análise das narrativas permite ter em mãos mais que informações, ou histórias individuais, mas memórias e histórias que compõem o social, a cidade.

As histórias vividas em Nova Ponte são analisadas a partir da preocupação de valorizar as experiências dos sujeitos históricos na composição da cidade, problematizando, então, os diversos campos de explicação que vão sendo construídos para os processos vividos.

REFERÊNCIAS

PORTELLI, Alessandro. As fronteiras da memória: o massacre das fossas ardeatinas. História, mito, rituais e símbolos. **História e Perspectivas**. Universidade Federal de Uberlândia, EDUFU, n. 25 e 26, jul./dez. 2001 - jan./jun. 2002.

RONCAYOLO, Marcel. Cidade. In: **Enciclopédia Einaudi**. Região, v8. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1986, p.396-487.

SAID, Edward. W. **Representações do Intelectual**: as Conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SARLO, Beatriz. Um olhar político. In: _____. **Paisagens Imaginárias**: arte e meios de comunicação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p. 55-64.

THOMPSON, E.P. Folclore, Antropologia e História Social. In: NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Sergio (orgs). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: UNICAMP, 2001, p.227-267.

WILLIAMS, Raymond. Hegemonia. In: _____ **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p.111-117.